

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE MÚSICA
CURSO DE LICENCIATURA EM MÚSICA

BILLY ANDERSON NUNES COSTA

**O ENSINO DA MÚSICA A PARTIR DO PRIMEIRO ANO DO ENSINO
FUNDAMENTAL**

RECIFE – PE
2023

BILLY ANDERSON NUNES COSTA

**O ENSINO DA MÚSICA A PARTIR DO PRIMEIRO ANO DO ENSINO
FUNDAMENTAL**

Monografia apresentada à
Coordenação do Curso de Música do
Centro de Artes e Comunicação da
Universidade Federal de Pernambuco
para obtenção do grau de Licenciatura
em Música.

Orientador: Prof. Dr. Artur Ortenblad

RECIFE – PE
2023

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do programa de geração automática do SIB/UFPE

Costa, Billy Anderson.

O ensino da música a partir do primeiro ano do ensino fundamental / Billy Anderson Costa. - Recife, 2023.

39

Orientador(a): Artur Ortenblad Ortenblad

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Artes e Comunicação, Música - Licenciatura, 2023.

1. Benefícios do ensino de música. 2. Educação musical. 3. Ensino de música. 4. Ensino fundamental. 5. Educação infantil. 6. Música para crianças. I. Ortenblad, Artur Ortenblad. (Orientação). II. Título.

370 CDD (22.ed.)

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar gostaria de agradecer a DEUS por ter me ajudado e me dado forças para chegar até aqui, é com enorme satisfação que meu coração deseja expressar publicamente que, sem ELE eu jamais conseguiria qualquer êxito tanto no decorrer da minha graduação quanto para o árduo processo de construção deste trabalho, louvado seja o nome do SENHOR para sempre!

Agradeço aos meus pais por terem me apoiado em todo tempo, por investirem da melhor maneira que puderam e por não deixarem de acreditar em mim nem um só momento.

Agradeço ao meu orientador o Professor. Dr. Artur Ortenblad por ter aceitado o desafio e me ajudado no processo de construção deste trabalho, mesmo com um tempo super resumido, por ter de fato estado comigo me ajudado tirando as dúvidas no processo de construção em tempo oportuno e fora de tempo, é com grande satisfação que expresso que tive uma experiência completamente positiva sob sua orientação.

Agradeço a minha noiva Evelyn Catarine, que além de ser minha coorientadora esteve comigo em todos os momentos, por pegar no pesado comigo no processo de construção do meu trabalho, por passar noites e noites ao meu lado lendo e separando artigos, pensando, tirando minhas dúvidas, por de fato segurar esse fardo comigo, mas, acima de tudo, por todas as vezes que tive vontade de desistir e ela me fez acreditar que tudo daria certo.

RESUMO

O presente trabalho busca explicar o ensino da música no Brasil enquanto disciplina escolar para as crianças a partir dos seis anos no primeiro ano do ensino fundamental. São discutidos os aspectos históricos e sociais tanto da consolidação do ensino fundamental obrigatório como da música enquanto disciplina na educação artística, tais os benefícios socioafetivos, psicomotores e cognitivos que vem do ensino da música nesta idade. Foi primeiro feito um remonte histórico e explanada a legislação em torno do tema, em seguida, mediante pesquisa em artigos, livros e teses, revistas online e outros, expostas as vantagens da educação musical e, por fim, confrontando todo o tema para concluir os benefícios do ensino de música no ensino fundamental sem ter como foco específico a formação de profissionais da área musical. Acrescenta a necessidade de fixação da disciplina de música no currículo escolar além da disciplina de educação artística onde já está englobada, ante as vantagens auferidas advindas do ensino musical que vão, por exemplo, desde a neuroanatomia beneficiada até auxílios na socialização e no letramento.

Palavras-chave: Benefícios do ensino de música. Educação musical. Ensino de música. Ensino fundamental. Educação infantil. Música para crianças.

ABSTRACT

This research seeks to explain the teaching of music as a school subject for children from the age of six in the first year of Brazilian fundamental education, the historical and social aspects of both the consolidation of fundamental education and the socio-affective, psychomotor and cognitive benefits of having music as a subject in artistic education at this age are discussed. First, a historical review was carried out and the legislation around the theme was explained, then, through research in articles, books and theses, online magazines, and others, the advantages of music education were exposed and, finally, confronting the whole theme to conclude the benefits of teaching music in elementary school without having as a specific focus the training of professionals in the music field. It adds the need to establish the subject of music in the school curriculum in addition to the subject of artistic education where it is already encompassed, in view of the advantages gained from music teaching that range, for example, from benefited neuroanatomy to aid in socialization and literacy.

Keywords: Music education benefits. Music teaching. Elementary School. Child education. Music for children.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

1 MÚSICA ENQUANTO DISCIPLINA ESCOLAR

1.1 A OBRIGATORIEDADE DO ENSINO FUNDAMENTAL AOS SEIS ANOS

1.2 MATURIDADE E DESENVOLVIMENTO DO INDIVÍDUO A PARTIR DA FAIXA ETÁRIA DE SEIS ANOS DE IDADE

1.3 ENSINO DE MÚSICA NO 1º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL

2 BENEFÍCIOS DO ENSINO DE MÚSICA PARA CRIANÇAS A PARTIR DOS SEIS ANOS

2.1 COGNITIVOS

2.2 PSICOMOTORES

2.3 SOCIOAFETIVOS

CONCLUSÃO

REFERÊNCIAS

INTRODUÇÃO

Por meio da música trazemos a memória pessoas, lugares, cheiros, medos, alegrias etc. A música está presente em todos os momentos da vida, desde o nascimento até a hora de morrer, podemos encontrar manifestações musicais, passando por eventos formais como formaturas nas escolas, nos quartéis entre outros.

Também encontramos música nas festas, atividades familiares, manifestações populares (como o carnaval), deste modo, se a música está presente o tempo todo em nossas vidas porque então a omitir como disciplina fixa regular nas escolas?

Podemos inserir a música nas aulas das disciplinas regulares como português, geografia ou ciências. Vemos os estudantes em todo o tempo ligados à música no período em classe e fora dela com o uso do aparelho celular no recreio rodas de canto com a utilização do violão entre outros instrumentos musicais.

Lembro-me que, durante o meu tempo na escola, tive contato direto com a música de modo informal por meio de grupos no qual compartilhei a sala de aula com outros amigos músicos, e de modo formal, porém não ligado ao currículo escolar em projetos sociais que a escola ofertava para o público escolar e não escolar como a banda fanfarra. Porém em toda minha jornada nos ensinos fundamental e médio nunca tive em sala uma aula voltada especificamente para música ou ao menos uma aula que de algum modo me aproximasse um pouco desse universo.

Entretanto é possível observar hoje que em diversos lugares a música é utilizada como ferramenta pedagógica que serve de base para alavancar o aprendizado de disciplinas como português, matemática, história, geografia e outras disciplinas do ciclo básico.

Sendo assim, se a música pode estar presente em todas as aulas como um meio de apoio à aprendizagem, ela também pode estar presente em uma aula específica, que trate dela não apenas como um meio, mas, como finalidade em si mesma sondando os potenciais benefícios que ela, como disciplina, pode

proporcionar à vida do educando. Carlos Kater (2012), quando fala acerca do ensino de música nas escolas, aduz:

Na realidade, parece sensato considerar não a presença de “música” na escola – com as funções diversas que ela pode adquirir na vida social, porém, mais precisamente, da “educação musical”. Uma educação musical consciente de suas condições de tempo e espaço; contemporânea e apta a conjugar as características do passado e do presente, bem como acolhedora e respeitosa tanto das expectativas quanto das particularidades culturais dos envolvidos.

Com isso, visa atender às necessidades de promoção de conhecimento amplo junto aos alunos, seu desenvolvimento criativo e participativo, não os situando na condição predominante de “público” nem restringindo a “música na escola” a apresentações, à música das aparências, das comemorações visíveis e exteriores. (KATER, 2012.).

Inclusive, pode-se considerar a educação musical não como um fim que acaba em si mesmo, mas como um início que está ligado à nossa experiência de vida, à nossa forma de pensar e de se expressar e à nossa forma de se relacionar, como toda a relação de vivência escolar deve ser, considerando a música como cultura, como forma de expressão humana e como linguagem que representa os nossos sentimentos. Atribui-se a essa arte diversas características fundamentais para o ser humano para sociedade, para vida e para educação.

Devemos reconhecer a escola como o espaço democrático de educação e o ente transformador social que tem o dever de possibilitar aos educandos acesso a conhecimentos, habilidades e percepções que os permitam lidar com a vida e com a aprendizagem da melhor forma possível.

Faz-se assim necessário a introdução da formação básica em música na escola, não tendo como objetivo principal ou específico a formação de artista, mas, formar indivíduos, eticamente, culturalmente e intelectualmente preparados para tratar com a vida, de modo que possam explorar e absorver os potenciais benefícios que o ensino da música pode proporcionar.

A música já é, reconhecidamente, uma disciplina ofertável para a educação básica, consoante a Lei de Diretrizes e Bases da Educação e normas regulamentares, visto que, se trata de uma linguagem de arte e o ensino de arte é obrigatório. Contudo, não é obrigado o ensino especificamente de nenhuma das linguagens.

Quando das vivências de estágio curricular do autor do presente estudo, este constatou, por estar inserido em uma escola de ensino básico, de nível fundamental,

onde a linguagem ofertada na disciplina de artes era música, que havia uma diferença na percepção de mundo dos educandos nesta unidade educacional, localizada na cidade do Recife-PE.

Portanto, para mostrar a importância que há na música como disciplina para a formação educacional do aluno, apresento esta pesquisa, apontando alguns dos benefícios que a música pode trazer no ato do seu devido ensino, bem como defender a obrigatoriedade do ensino da música em idades mais tenras.

Ademais, é comum que as crianças e adolescentes aprendam música em projetos sociais, e não na escola pública, onde se busca enfatizar com este tratado dissertativo a importância da oferta de tal matéria, ampliando os benefícios educacionais, psicomotores, socioafetivos, o desenvolvimento cognitivo e outros que possam vir com o ensino da música.

Objetiva-se com o presente estudo investigar potenciais benefícios que o ensino da música possa trazer à educação básica. Também se deseja falar sobre a Lei de Diretrizes e Bases da Educação no tangente ao ensino de artes, em específico, da música; tal como apontar os benefícios educacionais, psicomotores, cognitivos, socioafetivos, entre outros, que possam advir com o ensino da música no ensino fundamental.

Buscando a otimização do tempo em conjunto com a maximização dos resultados e do aproveitamento do que for pesquisado, bem como a concretização dos objetivos em consonância com o apontado na teoria já aduzida, o estudo foi conduzido a partir da pesquisa em diversas fontes como livros, artigos, teses, sites especializados, leis, entre outros.

Para esta pesquisa que tem como tema “A importância do ensino de música enquanto disciplina para crianças a partir dos 6 anos no primeiro ano do ensino fundamental” optamos por priorizar textos que apontavam resultados comprobatórios da influência da aprendizagem musical no desenvolvimento cognitivo, psicomotor e socioafetivo e como tudo isso confluiria na potencialização do ensino escolar do 1º ano do ensino fundamental aos 6 anos de idade e no desenvolvimento da criança.

Tomamos como ponto de partida para o desenvolvimento deste trabalho a dissertação de mestrado de Saraiva (2021) que buscou mostrar os impactos da música no desenvolvimento neurocognitivo, a mesma detalha uma tabela com dados de pesquisas aplicadas por outros autores que trazem resultados definidos e

comprovados cientificamente dos impactos causados pelo ensino da música no desenvolvimento do indivíduo.

Assim, esta pesquisa está dividida do seguinte modo:

1. Inicialmente abordamos a educação escolar para crianças de 6 anos, expondo desde a formação do ensino fundamental até a obrigatoriedade deste modo de ensino e da obrigatoriedade do conteúdo de música no 1º ano tendo por base para esta a LDB.

2. Aqui inserimos os parâmetros norteadores do presente estudo, os benefícios do ensino da música como disciplina para crianças a partir dos seis anos apontando a sua relevância no desenvolvimento cognitivo, psicomotor e socioafetivo. Finalmente, realizamos o diálogo entre todo o pesquisado para apontar um resultado satisfatório para a pergunta de pesquisa que é 'quais os benefícios do ensino de música no ensino fundamental sem ter como foco específico a formação de profissionais da área musical?'

1 MÚSICA ENQUANTO DISCIPLINA ESCOLAR

A escola é, em geral, fora do ambiente familiar um dos primeiros lugares de socialização do ser humano. Estudar é útil para o desenvolvimento da pessoa em várias áreas da vida: profissional, familiar, social etc.

Não precisamos voltar tanto na história brasileira para compreender as disciplinas escolares, mais especialmente a música, mas devemos estudar o mínimo de como se configurou o ensino musical para chegar até hoje. O ensino musical data de quando os portugueses aportaram no país e usavam canções para catequizar e ensinar a língua portuguesa para os aborígenes. (SABRA, 2018)

O ensino escolar de música começou a se dar no início do século XX, com a disciplina de canto e coral/canto orfeônico em São Paulo com Carlos Alberto Gomes Cardim e João Gomes Junior e no Rio de Janeiro com Heitor Villa Lobos. Ato contínuo, no ano de 1961, promulgou-se a primeira Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a LDB. Então, o canto orfeônico foi substituído pela educação musical mesmo que não houvesse diferença entre as práticas docentes.

Já em 1971, outra LDB foi promulgada, fazendo com que a música dividisse o seu papel na disciplina de educação artística. Adveio assim, uma matéria polivalente onde se exigia do docente o domínio de música, teatro, artes plásticas e desenho como persiste até os dias atuais. Para melhores esclarecimentos, vejamos o que redigiu Teixeira (2014):

Em 1971 com a promulgação da Lei 5692, o ensino das artes foi agrupado instituindo a chamada polivalência na disciplina de Educação Artística, referindo-se a idéia de um único professor trabalhar as ramificações artísticas: Artes Visuais, Teatro, Música e Dança. Alguns meses antes da promulgação da LDB, o Governo João Goulart em 21/08 1961, assinou o Decreto n.51.215. Os chamados cursos de Licenciatura curta muito comum na década de 70 (ditadura militar), não foram suficientes para preparar o professor resultando numa formação precária que, aliados a uma política tecnicista (Pedagogia Tecnicista), percebe-se a predominância do ensino das artes visuais e o desaparecimento gradual das artes coletivas como o teatro, a dança e a música, do currículo escolar. (TEIXEIRA, 2014)

Mesmo em 1996, quando da promulgação da LDB agora vigente e baseada em uma pedagogia humanista (TEIXEIRA, 2014), ainda não existe a música como uma disciplina obrigatoriamente única nas escolas, sendo ainda relegada à divisão com artes visuais, dança e teatro. Ainda que na nova LDB a música tenha sido

enquadrada como parte de artes, como nas leis anteriores, fica claro que a música deve ser usada como apoio para desenvolver outras matérias em projetos interdisciplinares e não sendo ensinada independentemente.

Isso perdurou até a edição da Lei nº 11.769, de 18 de agosto de 2008 que tornou música um conteúdo “obrigatório, mas não exclusivo” (BRASIL, 1996) na educação brasileira.

1. 1 A OBRIGATORIEDADE DO ENSINO FUNDAMENTAL AOS SEIS ANOS

Das diversas configurações de sociedade no Brasil e variedades de diplomas legais brasileiros, chegou-se à Lei de Diretrizes e Bases da Educação, a Lei 9.394 de 1996, que prevê no seu “Art.1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida [...] §1º Esta Lei disciplina a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias.” (BRASIL, 1996), que hoje, ainda que reformada, vige no país. O debate em torno dessa lei levou à constatação de que seria necessário garantir o acesso à educação fundamental a todos os brasileiros.

Para tanto, iniciamos no aduzido por Cury e Ferreira (2010):

A positivação do direito à educação foi assumindo o caráter de universalidade, sendo que era organizada para atender uma determinada parcela da comunidade, passando a ser reconhecida como um direito de todos. Esta situação implicou na discussão da obrigatoriedade do ensino, tanto no campo do direito como no educacional. (CURY, C. R. J.; FERREIRA, L. A. M., 2010)

No ano de 2009, após diversos estudos e debates sociológicos, educacionais e políticos, e com a edição da Emenda Constitucional nº 53, como refere Melo (2013), o ensino obrigatório para os estudantes em idade escolar no país deixou de ser apenas o fundamental para se estender à educação infantil e ao ensino médio, em atenção ao requerido em uma das metas do Plano Nacional de Educação (PNE) que deu origem a esta Emenda. Desta forma, o ensino obrigatório começou a ser, oferecido para os estudantes entre 4 e 17 anos, cabendo salientar que dentro da

educação infantil os anos iniciais foram incluídos, qual seja, a faixa etária de 0 a 3 anos de idade.

Antes da mudança na Constituição, o ensino fundamental (dos 6 aos 14 anos) era a única fase escolar obrigatória no Brasil. Depois da emenda, o ensino passa a ser obrigatório dos 4 aos 17 anos, incluindo a pré-escola, o ensino fundamental e o médio. É dever dos pais matricular seus filhos a partir dos 4 anos e obrigação das redes de ensino garantir a vaga para todos as crianças a partir da mesma idade. (CIEGLINSKI, 2013)

Em seguida, a legislação evoluiu após os debates que buscavam a adequação e o ensino fundamental absorveu um ano da educação infantil, passando a ter, assim, nove anos. Assim, as crianças com 6 anos, que no esquema anterior estariam na educação infantil, passaram a fazer parte do ensino fundamental

O argumento predominante nas justificativas do Ministério da Educação (MEC) e na documentação legislativa sobre o ensino fundamental de nove anos é que a medida garante a ampliação do direito à educação para as crianças de 6 anos de idade, em especial as pobres e excluídas do sistema educacional. Ponderou-se, naquele momento, que as crianças de 6 anos das classes média e alta já estavam matriculadas em escolas e que seria necessário incluir as classes desfavorecidas. A consideração de que as crianças de 6 anos ainda estavam fora da escola, seja pela não obrigatoriedade ou por não existir oferta de vagas suficientes na educação infantil pública, gerou um aparente consenso de que o ensino fundamental de nove anos garantiria um maior número de alunos matriculados nas escolas brasileiras e, portanto, asseguraria a essas crianças a efetivação do seu direito à educação. (ARELARO; JACOMINI; KLEIN, 2011)

Este ano a mais ser os seis anos de idade também se fez de forma estratégica para o ideário aqui constituído. Dessa forma aumentou o número de crianças matriculadas no ensino fundamental e se garantiu o acesso à educação e ao primeiro letramento para os estudantes de seis anos. Diria, assim, que, essa seria a grande “sacada” ao se garantir o aumento aos seis anos. Todavia, a maior questão seria: por quê aos seis anos? Nem há nesta idade a completude da fase pré-operatória do desenvolvimento teorizada por Jean Piaget.

1. 2 MATURIDADE E DESENVOLVIMENTO DO INDIVÍDUO A PARTIR DA FAIXA ETÁRIA DE SEIS ANOS

Logo após toda a idealização e da adequação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação ao novo modelo de educação básica extraído do novo Plano Nacional de

Educação, começou-se a ter de se lidar nas escolas com o novo impasse, qual seria a recepção dos indivíduos com 6 anos de idade no modelo escolar do ensino fundamental.

O 1º ano do ensino fundamental no Brasil representa um estagio escolar onde há a passagem daquela educação infantil para o nível fundamental, a adaptação do espaço escolar mais focado na ludicidade para o mais focado no conteúdo, pois é quando se começam as matérias escolares mais voltadas a uma futura formação técnica, com sua base no ensino das operações matemáticas básicas e na alfabetização. Vide as ideias de Arelaro, Jacomini e Klein (2011) sobre o tema:

É fato que, desde os anos 70 do século passado, fundamentados nas teorias "compensatórias", programas foram organizados no sentido de possibilitar que as crianças - em especial as oriundas de setores socioeconomicamente carentes - frequentassem um ano de pré-escola para irem se "ambientando" com as exigências que lhes seriam feitas na série inicial do ensino fundamental, quando o processo de alfabetização formal e sistemático se inicia. "Habituar" as crianças a sentar-se em carteiras e mesinhas, ter familiaridade com brinquedos pedagógicos com letras e números, ter disciplina, concentração e organização, enfim, preparar-se "culturalmente" para o início do trabalho alfabetizador, "compensando" suas defasagens socioculturais, eram seus objetivos principais. (ARELARO et al., 2011)

Seis anos é uma idade tenra, pessoas que acabaram de sair da fase mais primária do desenvolvimento, sendo inclusive o Brasil parte da minoria dos países que inserem as crianças na leitura com essa idade. Ferraz, Viana e Pocinho (2019) dizem que "[...] os professores consideram que algumas crianças precisam de mais tempo para aprender. Em muitos casos consideram que, aos seis anos, muitas crianças revelam imaturidade, pelo que deveriam entrar mais tarde na escola", e além disso esclarecem que:

Considerando a teoria de Piaget e tendo por base os estádios de desenvolvimento definidos por este autor, sabe-se que a transição do período pré-operatório para o período operatório concreto se dá por volta dos 7/8 anos de idade. Não será, provavelmente, por acaso que em alguns países do norte da Europa como, por exemplo, na Finlândia, na Dinamarca e na Suécia o ingresso no 1º ciclo do ensino básico ocorre por volta dos 7 anos e não aos 6, como em Portugal. Nestes países, as taxas de sucesso na aprendizagem da leitura são bastante elevadas. (FERRAZ, VIANA, POCINHO. 2019)

Quando foi trazida a alfabetização para o ensino fundamental no Brasil, esse processo foi dividido no primeiro e no segundo ano, como referência Gontijo (2012). o que não foi de todo ruim para o educando pois o processo de letramento e enumeração que era todo em um ano passou a ser em dois. Desse modo a

responsabilidade de um ano foi diluída para dois, tornando mais tranquilo esse processo.

Pozzebom (2015) informa, ao escrever para a Agência Senado, que “alunos da primeira etapa do ensino fundamental estudam: arte (incluindo música), ciências, educação física, geografia, história, língua portuguesa, matemática e ensino religioso (facultativo)”. O ensino de artes neste caso muitas vezes é restrito às artes plásticas sob o argumento de que melhor ajudará no desenvolvimento integral da criança para as outras matérias, mas o ensino de música também seria tão interessante quanto.

Apesar de se ter a tese que a criança ao seis anos seria imatura para o ensino fundamental ou para aprender a ler, esse processo de leitura pode ser facilitado pela educação musical tal restará provado a seguir. Educar musicalmente não deve ser apenas para formar artistas ou ser a música usada como mera ferramenta de apoio no ensino das demais disciplinas pois, a educação musical auxilia na desenvoltura cognitiva, psicomotora, social, emocional, dentre outras.

Portanto, ainda há de se reforçar a necessidade do ensino de música como matéria fixa e certa na base curricular, o que representaria, por si, apenas um cumprimento legal.

1. 3 ENSINO DE MÚSICA NO 1º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL

Quando nos debruçamos no estudo da música no que se refere ao seu ensino nas escolas, devemos remeter inicialmente a como a legislação brasileira têm tratado a música enquanto disciplina.

Sobre isto, vejamos o ensinado por Fernandes (2004):

Analisando o dito na lei, comprovamos, por um lado, que há obrigatoriedade do ensino da música nas escolas regulares, mesmo sem citar claramente, mas ainda não há leis complementares, como havia para a LDBEN anterior – 5692/71–, com o Parecer 540/77, que dava tratamento detalhado de como o ensino da arte devia ser feito nas escolas. Por outro lado, acreditamos que esse tratamento já está presente nos PCN, uma vez que eles estabelecem fundamentação, fins e objetivos, conteúdos, processos e avaliação para o ensino da arte e da música na escola. (FERNANDES, 2004)

Daí extraímos que havia na época do autor citado já o debate de trazer a obrigatoriedade do ensino musical nas escolas ante os seus benefícios para os educandos. Como leciona Figueiredo (2008), ao citar Penna:

Penna (2002) discute a legislação a partir de 1996 afirmando o espaço potencial da música como uma das artes a serem ensinadas na escola. Diversos fatores dificultam, a mudança de mentalidade com relação à Educação Artística, demonstrando que a lei 9.394/1996 não provocou mudanças significativas nos currículos de diversos sistemas educacionais brasileiros. Cabe ressaltar que, a partir de 1996, no exercício de sua autonomia, diversos sistemas educacionais inseriram a música em seus currículos, como parte integrante da formação escolar; [...] (FIGUEIREDO, 2008)

Logo após, foi editada a Lei nº 11.769, de 18 de agosto de 2008, que modificou a LDB vigente da seguinte forma: “Art. 26 [...] § 6º A música deverá ser conteúdo obrigatório, mas não exclusivo, do componente curricular de que trata o § 2º deste artigo.” (BRASIL, 1996). Ainda assim, ante a abertura dada na formação das matrizes curriculares comuns, em nem todos os locais é ensinada a música como disciplina escolar ou até mesmo vista como conteúdo, como consta na lei.

Por outro lado, é bem mais comum encontrar material que verse sobre a música como ferramenta de apoio para o ensino de outras disciplinas na educação infantil, ensino fundamental e ensino médio. As músicas que ensinam letras, números, animais, e mais a frente fórmulas físicas e outras complexidades. É bem consolidado o entendimento de que a música é uma excelente ferramenta de apoio para a educação. Mas, e sobre o ensino isolado da música para as crianças de seis anos no primeiro ano do ensino fundamental? Existe? Quais seriam esses benefícios?

Quando estive pesquisando especificamente no recorte para este trabalho, ou seja, o ensino de música para o primeiro ano do ensino fundamental ou para crianças aos seis anos de idade, não foi possível se encontrar material específico, o que ensejou mais ainda a elaboração da presente pesquisa, tendo em vista a importância da aprendizagem musical para o desenvolvimento do ser humano e quais os benefícios que o ensino da música pode proporcionar ao indivíduo.

2 OS BENEFÍCIOS DO ENSINO DE MÚSICA PARA CRIANÇAS A PARTIR DOS SEIS ANOS

Das minhas vivências em âmbitos educacionais sempre tive a oportunidade de participar de debates nos quais se defendia a ideia de que o uso de música na aprendizagem auxilia em várias áreas da vida: pessoas com problemas emocionais e depressivos que recuperam a alegria de viver, ou pessoas com males da memória que se reerguem e voltam a ser o que eram, ou até melhorias de doenças físicas mesmo, tudo através da música.

Além disso, sempre imperou nos ambientes pedagógicos em que tive a oportunidade de discutir sobre essas temáticas que ensinar música para crianças seria excelente para a sua vida futura. Tudo isso partiu de nossas experiências no dia-a-dia, pois é agradável aprender musicalmente, no entanto, empiricamente, os cientistas começaram a estudar se era factual o auxílio da música no aprendizado.

Entretanto, não basta que o ensino da música seja por si para si (ou seja, como meio e como fim), mas que beneficie diversas áreas da vida da criança a partir dos seis anos que, como restou provado no capítulo anterior, se trata da melhor idade para se iniciar na absorção de determinados conhecimentos. Abordaremos, assim, quais seriam os benefícios cognitivos, psicomotores e socioafetivos, sem olvidar os educacionais envolvidos em todo o processo.

2.1 COGNITIVOS

Para melhor entender como a música no ato do seu ensino pode proporcionar ao indivíduo potenciais benefícios no seu desenvolvimento de modo geral, entendamos pois o que significa cognição e desenvolvimento cognitivo.

Entende-se cognição como a habilidade de um indivíduo de processar informações que provém de diferentes ambientes para transformá-las em conhecimento. Podem partir da captação dos estímulos do meio em que se situa o

indivíduo, da experiência e das singularidades de cada um como crenças, costumes, valores morais, e éticos.

De modo geral o termo cognição faz menção ao que está ligado ao conhecimento, ou seja, à junção de diversas informações que são absorvidas por meio da aprendizagem e das vivências de modo geral as quais um ser humano é exposto no decorrer de sua vida. O processo de cognição é estudado por diferentes campos científicos como a neurociência e a psicologia, tendo a psicologia dado uma grande ênfase e uma enorme contribuição a esse conceito através do biólogo, psicólogo e epistemólogo suíço Jean William Fritz Piaget.

Desenvolvimento cognitivo é o processo de desenvolvimento da capacidade de um ser humano de pensar processar e compreender. Observando por esse prisma é possível entender o desenvolvimento cognitivo como o processo de ampliação da capacidade de um ser humano de processar informações que lhes são propostas em meio ao ambiente que ele se encontra, o que envolve a aquisição de recursos conceituais, habilidades perceptivas, aprimoramento da linguagem e demais aspectos relacionados ao amadurecimento do cérebro.

No que tange especificamente ao desenvolvimento cognitivo infantil, as origens do conhecimento da criança provêm das situações que ela tem a oportunidade de experimentar no decorrer de sua rotina diária, deste modo que, quanto maior for a riqueza de estímulos que lhes são proporcionados, melhor será o seu desenvolvimento intelectual. As escolas são espaços de formação nos quais é estimulada a produção de conhecimentos; o ambiente escolar é capaz de promover uma infinidade de estímulos que podem auxiliar de forma significativa no desenvolvimento das crianças com finalidade no aprendizado delas. Dentre todas as áreas de conhecimento presentes no currículo de ensino, pretende-se dar ênfase à relevância do ensino de música para o desenvolvimento cognitivo no contexto escolar.

Segundo Antunha (2010), o início da experiência musical infantil é através da captação sensório-motora das vibrações atmosféricas que o cercam, as cantigas de ninar, os timbres sonoros que vão marcar sua vida adulta.

Desta maneira a música está presente em diversas fases da vida humana, fazendo parte da cultura e do dia a dia de cada um, então além de ser utilizada para

o divertimento pode-se pensá-la em sala de aula, pois segundo Soares e Rubio (2012), a música:

Pode contribuir com a aprendizagem, favorecendo o desenvolvimento cognitivo/ linguístico, psicomotor e sócio-afetivo da criança, pois, já que estão todos correlacionados; áreas indissociáveis formam um único ser provido de necessidades, seja social, seja afetiva. (Soares; Rubio 2012, p.1)

Deste modo, a música tem papel elementar no desenvolvimento da criança de modo geral e em específico no desenvolvimento cognitivo, e não serve somente como elemento recreativo e festivo no ambiente escolar; ela auxilia na coordenação motora, no bem-estar da criança, na sua aprendizagem, e na sua percepção de mundo dentro deste universo, pois de acordo com Mauro Muszkat (2012), Viviane Cristina da Rocha e Paulo Sérgio Boggio (2013), a música influencia o processo cognitivo do ser humano, trazendo benefícios relacionados ao sistema neurológico.

Hoje sabemos que um neurônio compete com outro pelo próprio mundo, pela experiência, pela novidade. Essa visão é a que chamamos “neografinismo neuronal”, em busca da experiência. Sabemos que a música ajuda nessa reorganização, aumenta a competência de várias áreas do cérebro emocional, do cérebro motor e do cérebro sensorial de uma maneira ímpar. Esse é um espaço muito importante para discutirmos, para falarmos da “música na escola”, pois isso quer dizer “cérebro em formação”. O cérebro da criança está em formação. As redes múltiplas que estão se criando, estão aumentando suas conexões, estão em busca de novos caminhos e podem levar a conexões que tornam uma criança mais fluida, competente, criativa para lidar com os desafios da vida. (MUSZKAT, 2012)

Assim, quando falamos de música, não podemos cingir a um conjunto de sons, ou ordenação hierárquica e melódica dos mesmos. Mencionamos sim, um conjunto de atividades motoras e cognitivas envolvidas no processamento da música, e por isso mencionamos funções musicais (Muszkat et al., 2000). Estas funções musicais possibilitam o desenvolvimento cognitivo por recurso a um conjunto de variadíssimos códigos (inteligência desenvolvida por meio de audição) que, segundo Stralio (2001), possibilita o desenvolvimento intelectual da pessoa.

Quanto mais cedo as crianças entrarem em contato com o mundo da música, maiores serão as hipóteses de reterem o reconhecimento de símbolos e novos códigos sonoros que a música poderá oferecer. A música contribui ainda para o conhecimento armazenado na memória (fonológica e operatória), bem como para a vivência emocional, pois a prática de um instrumento musical, possibilita à criança

uma nova forma de exteriorização de sentimentos e emoções. É nos primeiros oito anos de vida que se aprimoram as habilidades musicais nos indivíduos, e podem inspirar positivamente o desenvolvimento infantil, enquanto a criança ouve e/ou toca um instrumento, trabalha a cultura e desenvolve um autocontrole e regras, demonstrando assim uma flexibilidade mental, tal afirma Muszkat (2019).

A música proporciona de forma mais rápida um processo de neurodesenvolvimento, pois o ensino da música e o ouvir música estimulam reações fisiológicas que se conectam entre o cérebro emocional e o executivo (Muszkat, 2019). Este autor diz também que o hemisfério direito demonstra ser predominante para discriminar o contorno melódico no que concerne ao conteúdo emocional da música, e por sua vez, o hemisfério esquerdo é responsável pela métrica e o ritmo, a parte mais “lógica”, de modo que consiga fazer conexões lógicas do ponto de vista do entendimento teórico da música.

Logo, é possível perceber que a música tem a capacidade de ativar ambas partes do cérebro, estabelecendo uma conexão bastante significativa e harmônica entre os hemisférios. Isso permitindo que tanto o hemisfério direito quanto o hemisfério esquerdo do cérebro trabalhem em conjunto para alcançar resultados mais amplos e profundos tornando mais acelerado o processo do desenvolvimento cognitivo.

Para tornar mais consistente a tese de que a música possui elementar importância no desenvolvimento cognitivo da criança, uma pesquisa de mestrado desenvolvida no ano de 2020 por Ana Rita Saraiva Costa da Universidade Portucalense com o respectivo tema: a influência da música no desenvolvimento neurocognitivo, relata uma experiência bastante curiosa a respeito dessa temática.

A pesquisa teve como objetivo principal mostrar os impactos da música no desenvolvimento neuro cognitivo. A mesma traz à tona diferentes autores que se utilizam de diferentes metodologias para comprovarem de uma forma mais concreta e eficaz os impactos que a música pode causar no desenvolvimento cognitivo, estudos e experiências feitas com crianças.

Expôs a pesquisa de Habibi et al (2018) que avaliava as alterações neuroanatômicas, com uma mostra de 75 crianças, comparando um grupo que recebeu aulas de música com dois outros grupos que receberam, respectivamente, aulas de prática esportiva e nenhuma aula de práticas sistemáticas. Avaliou os

efeitos das aulas de música no cérebro do grupo correspondente e o seu desenvolvimento cognitivo. Como resultado obteve que os pesquisados que estavam no grupo de música tiveram um desempenho cognitivo melhor do que os demais grupos quando analisados os valores da anisotropia fracionada que foram maiores quando nos giro Frontal, giro Central e giro pós-central do corpo caloso, ou seja, nesses setores o cérebro tem a substância branca mais densa e com fibras mais mielinizadas (a mielinização torna as fibras do cérebro mais rápidas e eficazes).

Na mesma tese foi apresentada a pesquisa de Kaviani et al. (2013), que abordava alterações das competências cognitivas. Contando com uma mostra de 60 crianças onde 30 receberiam aula de música e 30 não, foram investigados os efeitos cognitivos do ensino de música consoante a Escala de Inteligência de Teerã-Stanford-Binet (que é considerado um dos testes mais confiáveis para avaliar a inteligência e a capacidade cognitiva). Avaliando a influência da música no desenvolvimento cognitivo, percebeu-se um aumento significativo no quociente de inteligência das crianças que foram submetidas às aulas de música, no tangente ao raciocínio verbal e à memória de curto prazo. Tal pesquisa em critérios de objetividade recebeu 3 pontos na Escala de Jadad que consiste numa lista de cinco perguntas que avalia três aspectos dos ensaios clínicos – randomização, cegamento e descrição das perdas no seguimento resultando num escore que varia de 0 a 5.

2. 2 PSICOMOTORES

A música tem valor considerável e significativo no que diz respeito ao desenvolvimento do indivíduo de modo geral, como já restou provado, ela não amplia somente os conhecimentos do seu próprio universo, ou seja, apenas do seu campo de conhecimento, como por exemplo o entendimento sobre elementos musicais e seus significados; e o funcionamento de cada um deles, mas amplia também com muita precisão e celeridade outros campos de conhecimento distintos

que cercam um indivíduo em seu dia a dia e as situações às quais ele é exposto com finalidade na aprendizagem.

Veremos neste tópico, alguns modos em que a música pode influenciar no desenvolvimento psicomotor da criança, quais os seus benefícios e quais os impactos negativos que podem advir na ausência de um trabalho que vise o desenvolvimento psicomotor. Assim, antes de adentrar diretamente ao assunto que tem como finalidade especular de que modo o ensino de música pode influenciar no desenvolvimento psicomotor, veremos sob alguns pontos de vista o que é psicomotricidade.

Para a Associação Brasileira de Psicomotricidade (2023), a psicomotricidade:

[...] é a ciência que tem como objeto de estudo o homem através do seu corpo em movimento e em relação ao seu mundo interno e externo. Está relacionada ao processo de maturação, onde o corpo é a origem das aquisições cognitivas, afetivas e orgânicas. É sustentada por três conhecimentos básicos: o movimento, o intelecto e o afeto. Psicomotricidade, portanto, é um termo empregado para uma concepção de movimento organizado e integrado, em função das experiências vividas pelo sujeito cuja ação é resultante de sua individualidade, sua linguagem e sua socialização. (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOMOTRICIDADE, 2023).

Por outro lado Le Boulch (1992), considera que a Psicomotricidade acontece através de atividades educativas de movimentos espontâneos e expressões corporais da criança, propondo-lhe uma imagem do corpo contribuindo para a formação de sua personalidade. É uma prática pedagógica que visa contribuir para o desenvolvimento integral da criança no processo de ensino-aprendizagem, favorecendo os aspectos físico, mental, afetivo-emocional e sociocultural, buscando estar sempre condizente com a realidade dos educandos.

Já para Alves (2003), a psicomotricidade envolve toda a ação realizada pelo indivíduo, que represente suas necessidades e permitem a relação com os demais. É a integração psiquismo-motricidade.

De acordo com Jobim (2008), surgiu a partir do discurso médico o tema psicomotricidade. Pela necessidade de entender de que modo funcionavam as estruturas cerebrais num indivíduo e também para a classificação de aspectos patológicos foi que, no século XIX, o corpo começou a ser estudado, primeiro por médicos neurologistas e subsequente por psiquiatras. Em 1870, falou-se na consolidação da nomenclatura do termo Psicomotricidade pela primeira vez, isto

devido à necessidade médica de encontrar uma área que falasse de modo objetivo sobre determinados fatores clínicos.

O estudo aplicado da psicomotricidade contém potenciais benefícios que são capazes de alavancar o desenvolvimento de um indivíduo e preveni-lo de problemas futuros que podem ter impactos totalmente negativos do ponto de vista do seu desenvolvimento, problemas como: bloqueio emocional, vontade de se isolar, esquema corporal mal desenvolvido, dificuldade de percepção em todos os aspectos, ausência de lateralidade, entre outros. Esses tipos de problemas as vezes podem ser irreversíveis como constatou Santos e Cavaliari (2010). O movimento permite à criança explorar o mundo exterior. Assim, sem o contato com o concreto, a criança pode desenvolver um bloqueio e se isolar por toda a vida. Por isso, a construção do esquema corporal e a organização das sensações relativas ao próprio corpo têm um papel fundamental no desenvolvimento da criança. Sobre isso também, Rosa (2015) versa,

O esquema corporal se traduz pela representação mental que a criança tem por meio da organização de seu corpo, favorecendo as diversas possibilidades de ação. Ela adquire percepção e controle do próprio corpo valendo-se da interiorização das sensações. É nesse sentido que se dá a importância da lateralidade, pois é na lateralidade que a criança chega à interiorização de seu eixo corporal, da relação entre as coisas existentes no mundo, o que é necessário tanto para a leitura e a escrita como para aritmética. Uma criança com dificuldade na lateralidade não consegue muitas vezes apreender a direção gráfica, nem aprender os conceitos direita e esquerda, por exemplo. A orientação/estruturação espacial é uma elaboração e uma construção mental, pela qual a criança apreende o espaço que a cerca, prevendo e antecipando suas ações. Ela compara os diferentes objetos, extrai, agrupa, classifica seus fatores comuns e chega aos conceitos desses objetos e às categorizações. (ROSA, 2015)

Deste modo torna-se não apenas fundamental mas que seja obrigatório na esfera educacional de ensino um trabalho que ajude a desenvolver de forma célere gradativo e eficaz o esquema da psicomotricidade no indivíduo, para que este através das aquisições outrora adquiridas com o trabalho voltado ao desenvolvimento desta ciência possa ter uma evolução mais completa e mais ampla na esfera educacional e na vida.

A psicomotricidade procura, então, proporcionar ao educando condições mínimas necessárias a um bom desempenho escolar. Neste sentido, ela pretende aumentar o potencial motor do aluno, dando-lhe recursos e ferramentas para que desenvolva com maior grau de satisfação suas potencialidades cognitivas e pedagógicas. Na medida em que dá condições à criança de se desenvolver melhor em seu ambiente, a psicomotricidade é vista como preventiva. E, também, como reeducativa, quando trata de

indivíduos que apresentam dificuldades cognitivas e motoras desde o mais leve retardo motor até problemas mais sérios. (ROSA 2015)

Weigel (1988) afirma que as atividades musicais oferecem inúmeras oportunidades para que a criança aprimore sua habilidade motora, aprenda a controlar seus músculos e mova-se com desenvoltura. O ritmo tem um papel importante na formação e equilíbrio do sistema nervoso. Isto porque toda expressão musical ativa age sobre a mente, favorecendo a descarga emocional, a reação motora e aliviando as tensões. Qualquer movimento adaptado a um ritmo é resultado de um conjunto completo (e complexo) de atividades coordenadas. Por isso atividades rítmicas como por exemplo: bater o pulso de uma música utilizando palmas ou até mesmo com os pés, andar no pulso em um determinado espaço ao som de uma música, cantar, são atividades que auxiliam no processo do desenvolvimento psicomotor.

A música na educação infantil pode colaborar com o desenvolvimento global da criança, não podendo ser vista apenas como um complemento dentro do trabalho com as crianças pequenas, mas sim, um meio para desenvolver aspectos psicomotores, sociais e de consciência corporal além de ampliar o repertório cultural na infância. (BUENO; JOROSKY. 2016)

Outrora em alguns ambientes que tive a oportunidade de exercer a docência tanto com crianças a partir dos 6 anos de idade como com adultos de qualquer idade, tive a rara e prazerosa oportunidade de perceber como é impactante e eficaz o modo como a música e alguns de seus elementos interagem com esses sentidos.

Quando das minhas vivências como docente no estágio extracurricular, em uma determinada aula, usei uma metodologia bastante conhecida para desenvolver o esquema corporal e a percepção dos meus alunos utilizando-me do **pulso** e da **melodia**.

Para isso utilizei uma música em compasso quaternário e pedi para que todos os presentes andassem no pulso dentro do ambiente. Nas primeiras tentativas não tivemos muito êxito na atividade, alguns dos alunos tinham muitas dificuldades de andar dentro da pulsação da música, mesmo sendo de fácil percepção pois tinha um barulhinho de metrônomo marcando o pulso. Contudo, repetindo de um modo mais detalhado e de forma gradativa em consecutivas aulas, pude ver um avanço significativo no desenvolvimento coordenado das ações dos alunos e na associação dos elementos musicais (pulso e melodia) com os movimentos de seus corpos.

Logo foi possível trabalhar com situações mais avançadas e mais complexas como por exemplo, marcar o pulso com os pés e a subdivisão do pulso com as mãos e vice-versa, o resultado desse trabalho me utilizando do ensino da música tendo como recurso alguns de seus elementos possibilitou um forte desenvolvimento na coordenação motora e na percepção dos alunos, em etapas consecutivas alcançaram um esquema corporal desenvolvido em relação ao que foi utilizado como metodologia de aula.

Gomes (2008, p.4) descreve a música como a arte dos sons que possui diversas propriedades capazes de estimular o desenvolvimento da criança, não só interferindo na percepção auditiva, mas também no movimento do corpo, na fala e no pensamento lógico e estético.

Desta maneira, torna-se indissociável o desenvolvimento da psicomotricidade com o ensino da música, pois esta, sendo cheia de elementos e propostas que tornam mais palpáveis e eficazes os resultados direcionados a esse objetivo, tem elementar importância diante deste fator que tem a capacidade de possibilitar uma maior amplitude no desenvolvimento da criança.

2. 3 SOCIOAFETIVOS

Neste tópico pretendemos discorrer sobre a importância da música no desenvolvimento socioafetivo da criança, quais os seus impactos e porque a música tem elementar relevância nesse papel.

Inicialmente, devemos classificar o que é socioafetividade e como a formação escolar interfere nisso. Já dizia Aristóteles que o ser humano é um “animal social”, faz parte das necessidades primárias da pessoa a socialização. Por isso, os trabalhos mais enfatizados na pré-escola são os que objetivam a coordenação motora e a socialização.

Para Silva e Schneider (2007) a afetividade é um assunto que vem entrando bastante em pauta dentro das instituições escolares e fora delas. O desenvolvimento sócio afetivo envolve o desenvolvimento emocional e afetivo, na socialização, interação e especialmente na aprendizagem da criança, por que a afetividade é consagrada a energia que movimenta as ações entre as relações humanas. (ARAÚJO, 2021)

Na educação mais recente, são adotadas as práticas socioafetivas que, ao serem adotadas, fazem toda a diferença no desenvolvimento do educando, principalmente no lado emocional.

A afetividade é um tema que está sendo muito discutido dentro das escolas e também fora delas. O desenvolvimento socioafetivo implica no desenvolvimento emocional e afetivo, na socialização, interação e principalmente na aprendizagem da criança, pois a afetividade é considerada a energia que move as ações. (ALVES et al, 2013)

É comum na prática docente observar situações naturais a cada início de uma nova turma, quer seja na escola, em um curso preparatório, na universidade etc. É notória a tensão na maioria das vezes pois os discentes além de estarem em um novo ambiente para adquirirem novos conhecimentos estão também cercados de pessoas que na maioria das vezes não conhecem.

Incluímos a isto, primordialmente, a figura do professor, diante dessa situação natural que acontece a todo momento na esfera educacional, para se obter maiores intimidades ou afetividades e melhores resultados do ponto de vista interativo e conseqüentemente no aprendizado, é necessário tempo para que ambos os alunos se adaptem uns aos outros e passem a enxergar e aceitar e entender diferentes realidades, costumes, classes sociais, crenças, valores culturais, dentre outros aspectos.

Ao decorrer do tempo em consequência das aulas é de modo natural que se ocorre o processo de socialização entre os alunos, logo passam a se comunicar, interagirem sobre diversos temas distintos a respeito das aulas. Dentro desse meio interativo é possível observar até mesmo temas não relacionados especificamente as aulas ou a esfera de aprendizagem, temas que dizem respeito a vida pessoal de cada um, e suas novas experiências a partir daquele momento.

Nessa altura é possível perceber um significativo estreitamento dos laços entre os educandos, o que chamaremos de laços afetivos, esse fator pouco falado possui uma significativa importância para o desenvolvimento e para a vida de um indivíduo.

A música tem um importante papel na educação, não apenas como estética, mas também como facilitadora do processo de ensino-aprendizagem e como instrumento que tem um grande poder de tornar a escola um ambiente mais receptivo e alegre que façam com que os alunos desejem estar neste ambiente e dediquem-se ainda mais as suas atividades, pois estarão envolvidos emocionalmente com todo o espaço, tanto físico quanto emocional da escola. (ARAÚJO, 2017)

Sob este prisma gostaria de relatar uma experiência minha como educando de uma escola especializada onde estive matriculado por dois anos letivos no intuito de concluir a formação básica em música.

Lembro-me de cada detalhe, dos amigos que fiz, das experiências que passei, do quão agradável era o ambiente e das explosões de emoções que sentia ao poder estar ali fazendo algo de extrema importância para minha trajetória de vida. Desde o começo já sentia que pertencia àquele ambiente e tinha total certeza de que ali era o lugar onde eu queria estar, por fazer algo que eu amava e amo, ainda que sujeito a aquisição de diversos conhecimentos.

Na primeira semana tivemos momentos de muita tensão, vieram as perguntas, e o porque de estarmos ali, sem saber responder muito bem, cada um deu uma resposta que seria no mínimo convincente para que o professor passasse para o próximo colega. Logo no decorrer do semestre expostos a carga de conteúdos relacionados a música, começamos a estreitar os laços de intimidade uns para com os outros, a partir daquele momento os laços afetivos entre nós foram se estreitando tanto que, mesmo sem saber, ali se consolidava um vínculo de elementar importância para a vida.

Não consigo descrever o quão agradável era compor aquele corpo discente, das experiências musicais que passei com aquela turma o quanto que aqueles trabalhos com música marcaram nossa vida e serviram para estreitarem os laços entre nós, e alavancar de forma significativa o nosso processo de aprendizagem. Lembro-me daquelas melodias trabalhadas em aula, das cantigas, dos ritmos etc.

Lembrar de tudo isso me traz de volta todos aqueles momentos, me possibilita viver de novo aquele tempo bom que não volta mais, mas que, naquele contexto teve um impacto muito grande no processo de aprendizagem de cada um que ali esteve, na personalidade, no caráter como cidadão e na vida. Coadunando com esse relato, aludimos o seguinte enunciado:

A música possui uma atribuição importante no aspecto sócio afetivo da criança ajudando na compreensão e das emoções e sentimentos, na socialização ela contribui para que a criança interaja com as outras em atividades feitas na escola como as rodinhas, cantos de acolhida pois é com música que os alunos tímidos com obstáculos de se relacionar com os outros vão se sentir à vontade para expressar suas emoções juntos com os colegas, respeitando as limitações e experiências pessoais (ARAÚJO, 2021)

Deste modo é possível fazer a seguinte pergunta, por que não usar a música para o processo da socioafetividade na aprendizagem? Podemos dizer até que é um dos melhores caminhos para a expressão natural de sentimentos e é esse o caminho que leva a autoconhecimento, autoaceitação, e respeito de si, do outro e da coletividade.

Os laços formados no ambiente escolar em geral são determinantes da visão de mundo daquela pessoa. Se é encontrado um ambiente seguro, de aceitação vamos, obviamente, criar gerações futuras mais seguras de si para viverem suas vidas, e a música é um excelente meio de assegurar esse espaço. Como a música, por excelência e mesmo sem ser disciplina inserida no mundo escolar, 'mexe' com os sentidos e emoções de quem com ela tem contato, conjecturamos que ela pode sim contribuir no desempenho socioafetivo do estudante.

CONCLUSÃO

Ao iniciar as pesquisas para o presente trabalho, a maior esperança era de construir uma realidade no país onde a educação musical faria a diferença na vida das pessoas da mesma forma que fez em minha vida. Através da música cresci, me desenvolvi e hoje estudo e trabalho na área.

Contudo, ainda que a educação na área não seja para profissionalização, como foi o meu caso, eu tinha o ímpeto de saber como o ato de estudar música principalmente na educação básica transformaria vidas.

Neste trabalho de conclusão de curso foi feito um levantamento bibliográfico que teve como objetivo enfatizar a importância do ensino de música na formação educacional e na vida do indivíduo. Teve também a intenção de apontar os potenciais benefícios que a música pode proporcionar à vida do indivíduo ao ser ministrada como disciplina dentro da esfera educacional.

Como debater o ensino de música em toda a educação básica seria muito extenso, especificamos o primeiro ano do ensino fundamental, que corresponde às crianças com seis anos. Escolhemos esse recorte por se tratar de uma idade crucial onde os educandos estão transitando da fase pré-operatória para a operatória concreta segundo a teoria do desenvolvimento de Piaget.

Inicialmente, verificamos como se dá a educação nesse nível no Brasil o que, após larga pesquisa, não está de um modo que poderia se considerar ideal. Fizemos o remonte do processo de como se formou o atual ensino fundamental de nove anos, a absorção do primeiro ano que era a antiga alfabetização da educação infantil e como se deu o processo de adaptação dos educandos a este modelo, inclusive com a dissolução do processo de alfabetização em dois anos.

A educação musical aí, que deveria ser ministrada a esta altura na disciplina de educação artística, divide o posto com artes plásticas, teatro e dança, não havendo obrigatoriedade de ensino da música nesta disciplina com exclusividade. Extraiu-se também que a música é usada como ferramenta de apoio para ensino de outras disciplinas porém muito raramente é a matéria principal aprendida na sala de aula.

Em seguida, discorreremos sobre os benefícios de se aprender música nessa série e faixa etária, baseado em três vertentes principais, quais sejam: cognitivos, psicomotores e socioafetivos.

No tocante à desenvoltura cognitiva, colhemos que a execução musical (tanto ouvir quanto tocar ou cantar) incentiva o uso de ambos os hemisférios cerebrais, logo, ensinar música auxilia na aprendizagem e na percepção de mundo. A partir da educação musical há o desenvolvimento da inteligência auditiva que culmina no desenvolvimento intelectual, de autocontrole e de regras, bem como a ampliação da capacidade de armazenamento na memória. Do mesmo modo, observou-se que o neurodesenvolvimento seria mais rápido e, ficou comprovado em pesquisas científicas um amadurecimento neuroanatômico positivo com rapidez e eficiência tal como aumento no quociente de inteligência das crianças pesquisadas.

Os proveitos psicomotores da educação musical se dão principalmente pelo auxílio existente na tradução do esquema corporal que seria a organização espacial do próprio corpo adquirida pelo aluno no espaço e as inúmeras possibilidades de ação corporal. Podemos adicionar a isto a percepção e controle do corpo através da lateralidade, que é fundamental para noções básicas como direção gráfica, coordenação motora e controle muscular. Destacamos ser um pró no tocante à psicomotricidade o fato de que o ritmo auxilia na formação e equilíbrio do sistema nervoso, que as atividades de psicomotricidade ampliam as potencialidades pedagógicas e conseqüentemente as cognitivas quanto mais cedo executadas.

Já as vantagens socioafetivas perpassam principalmente pela interação e socialização dos educandos, assim como a ocupação emocional do espaço escolar. A música traz envolvimento e engajamento dos estudantes com a escola, uns com os outros, com a comunidade e com as atividades executadas dentro e fora da sala de aula. Da facilitação trazida pela música na interatividade torna colegas de classe amigos, em laços afetivos que podem durar até uma vida. Essa é a forma de respeito e compreensão que moldará o caráter e a personalidade dos futuros entes sociais que transformarão o mundo.

Então, depois de toda a averiguação e observações desdobradas, retomamos a questão que ensejou toda o presente trabalho: Quais os benefícios do ensino de música no ensino fundamental sem ter como foco específico a formação de profissionais da área musical?

Acreditamos ser de urgente fixação no currículo escolar a disciplina de música. Não é o intuito com a frase anterior desmerecer as demais linguagens de educação artística, destacando artes visuais, dança e teatro que são as legalmente previstas como “colegas” de disciplina junto com música. Queremos registrar que não defendemos a exclusão das demais linguagens artísticas em detrimento da música, muito pelo contrário, o ideal seria haver profissionais e estrutura para que todas linguagens fossem ensinadas pois cada qual proporciona ao estudante uma experiência diferente e ajuda em vários setores importantes.

Se observamos os benefícios psicomotores, socioafetivos e neurocognitivos vemos como, para as crianças que estão entrando no ensino fundamental, fase obrigatória no ensino brasileiro, é excelente que aprendam noções e tenham vivências em música de maneira ampla.

Escolarmente, estes alunos estão em alfabetização e numeração, ou seja, no letramento e aprendendo números e operações muito simples. A letra da música trabalhada pode ajudar na aula de português, mas ter noções espaciais que uma aula como as de oficina de música pode dar ampliará sua coordenação motora para escrever aquela letra. Para uma criança que está entrando no fundamental está saindo da educação infantil, a música pode auxiliar no processo de adaptação e socialização.

No mais, se conseguimos com essa pesquisa auferir tantos benefícios em apenas três das diversas linhas e para o recorte de crianças de seis anos e no primeiro ano do ensino fundamental, imagina se ampliados os recortes! Como diria o pensador Paulo Freire “Educação muda as pessoas. Pessoas transformam o mundo”.

REFERÊNCIAS

ALEXANDRE, Mário Jesiel de Oliveira. **A construção do trabalho científico**: um guia para projetos, pesquisas e relatórios científicos, 1ª ed., Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

ALVES, Evilin Mayane Aparecida de Freitas; RODRIGUES, Luana Alves Ribeiro; VIEIRA, Martha Bezerra. A influência no desenvolvimento sócio-afetivo na aprendizagem de escolares na Educação Física Infantil. **Efdeportes.Com**: Revista Digital, Buenos Aires, v. 182, n. 18, p. 1-1, jul. 2013. Disponível em: <https://www.efdeportes.com/efd182/desenvolvimento-socio-afetivo-na-educacao-fisica.htm>. Acesso em: 26 abr. 2023.

ANTUNHA, Elsa Lima Gonçalves. **Música e mente**. Bol. - Acad. Paul. Psicol., São Paulo, v. 30, n. 1, p. 237-240, jun. 2010. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-711X2010000100016&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 28 mar. 2023.

ARAÚJO, Fabrícia Fernandes de. **A Música Como um Recurso Pedagógico no Desenvolvimento Socioafetivo da Criança na Educação Infantil**. Trabalho de Conclusão de Curso (Pedagogia). Centro Universitário do Planalto Central Aparecido dos Santos – Uniceplac. Gama, 2021.

ARAUJO, Kenia Kerlley Saraiva de. **A contribuição da música para o desenvolvimento e aprendizagem da criança**. BRASIL ESCOLA, 2017. Disponível em: <<https://monografias.brasilecola.uol.com.br/pedagogia/a-contribuição-da-musica-paradesenvolvimento-e-aprendizagem-da-criança.htm>.> Acesso em: 07 mar. 2023.

ARELARO, Lisete Regina Gomes; JACOMINI, Márcia Aparecida; KLEIN, Sylvie Bonifácio. O ensino fundamental de nove anos e o direito à educação. **Educação e Pesquisa**, [S.L.], v. 37, n. 1, p. 35-51, abr. 2011. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s1517-97022011000100003>. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/ep/a/hDNMSq5gwHByQxgJgZ689Cx/?lang=pt.>> Acesso em: 19 mar. 2023.

BALDISSERA, Olivia. **O QUE TODO EDUCADOR PRECISA SABER SOBRE DESENVOLVIMENTO COGNITIVO**. Disponível em:

<<https://poseducacao.unisinos.br/blog/desenvolvimento-cognitivo.>> Acesso em: 28 mar. 2023.

BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1988a.

_____. **Questões de literatura e de estética**. São Paulo: Hucitec, 1988b.

BARRETO NETA, L. **Formação de professor: de aprendente a ensinante**. Construção psicopedagógica, São Paulo, v. 17, n. 15, dez. 2009.

BENJAMIN, W. **Obras escolhidas I: magia e técnica, arte e política**. São Paulo: Brasiliense, 1987a.

_____. **Obras escolhidas II: rua de mão única**. São Paulo: Brasiliense, 1987b.

BRASIL. Humberto Costa. Senado Federal (comp.). **Lei nº 9.394: lei de diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília: Senado Federal, 1996.

BUENO, J.; JOROSKY, N. H. **A MÚSICA E O DESENVOLVIMENTO PSICOMOTOR DE CRIANÇAS DE 0 A 2 ANOS**. Ourinhos, 2016. Disponível em:

<http://www.cic.fio.edu.br/anaisCIC/anais2016/pdf/11_02.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2023

CAMPOS, M. M.; ROSEMBERG, F.; FERREIRA, I. M. **Creches e pré-escolas no Brasil**. São Paulo: cortez, 1992.

CENTRO RADIOLÓGICO CAMPINAS. **Ressonância Magnética**. Disponível em: <<http://www.crcamp.com.br/index.php/exames/ressonancia->

<http://dx.doi.org/10.4013/cld2.020.181.01>. Disponível em:
<<https://hdl.handle.net/1822/68918>> Acesso em: 19 mar. 2023.

FERNANDES, Edson; RIZZO, Sandra Cristina. NEUROCIÊNCIA E OS BENEFÍCIOS DA MÚSICA PARA O DESENVOLVIMENTO CEREBRAL E A EDUCAÇÃO ESCOLAR. **Revista de Pós-graduação Multidisciplinar**, [S.l.], v. 1, n. 5, p. 13-20, dec. 2018. ISSN 2594-4797. Disponível em:
<<https://www.fics.edu.br/index.php/rpgm/article/view/793>>. Acesso em: 28 mar. 2023.
doi: <https://doi.org/10.22287/rpgm.v1i5.793>.

FERNANDES, José Nunes. Normatização, estrutura e organização do ensino da música nas escolas de educação básica do Brasil: LDBEN/96, PCN e currículos oficiais em questão. **Revista da ABEM**, [s. l.], ano 2004, n. 10, p. 75-87, 2004. Disponível em:
<<http://abemeducacaomusical.com.br/revistas/revistaabem/index.php/revistaabem/article/view/365/294>> Acesso em: 22 abr. 2023.

FIGUEIREDO, Sérgio. O processo de aprovação da Lei 11.769/2008 e a obrigatoriedade da música na Educação Básica. **Anais do XV ENDIPE** – Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino – Convergências e tensões no campo da formação e do trabalho docente, Belo Horizonte, 2010. Painel. Disponível em:
<http://musicoides.unb.br/images/Artigos/Figueiredo-Lei_obrigatoriedade_musica_escola.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2023.

GIL, Juca. **A obrigatoriedade do ensino no Brasil**. 2010. Disponível em:
<<https://gestaoescolar.org.br/conteudo/686/a-obrigatoriedade-do-ensino-no-brasil>>
Acesso em: 23 jan. 2023.

GOMES, Joana Malta. **Educação Musical e Psicomotricidade**: alguns aspectos. 2008. 36 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Música) – Centro de Artes e Letras Instituto Villa-Lobos, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

KATER, Carlos. “**Por que música na escola?**”: algumas reflexões. In: JORDÃO, Gisele. et al. (Coord.). *A música na escola*. São Paulo: Allucci & Associados Comunicações/MinC/3D3, 2012. p. 42-45.

KRAMER, Sonia; NUNES, Maria Fernanda R.; CORSINO, Patrícia. Infância e crianças de 6 anos: desafios das transições na educação infantil e no ensino fundamental. **Educação e Pesquisa**, [S.L.], v. 37, n. 1, p. 69-85, abr. 2011. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s1517-97022011000100005>. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ep/a/vZGy5F6XjQ3C9rS4VvrcMXJ/?lang=pt.>> Acesso em: 19 mar. 2023.

MELO, Aline. **Emenda Constitucional 59/2009**: obrigatoriedade da criança de 4 anos na escola. *Obrigatoriedade da criança de 4 anos na escola*. 2013. Disponível em: <<https://petpedagogia.ufba.br/emenda-constitucional-de-5909>>. Acesso em: 23 mar. 2023.

MORE: Mecanismo online para referências, versão 2.0. Florianópolis: UFSC Rexlab, 2013. Disponível em: <<http://www.more.ufsc.br/>>. Acesso em: 28 mar. 2023.

MUSZKAT, M. Música, neurociência e desenvolvimento humano. In: JORDÃO, Gisele et al.

A Música na Escola. São Paulo: Allucci e Associados Comunicações, 2012, p. 67-69.

Disponível em:

<<http://www.amusicanaescola.com.br/pdf/AMUSICANAESCOLA.pdf>>. Acesso em: 28 mar. 2023

_____. , Correia. C. M. F., & Campos, S. M. (2000). Música e Neurociências. **Revista Neurociências**, 8 (2), 70 - 75.

_____. (2019). Music and neurodevelopment: Searching for an inclusive music poetic. **Literates**, 10, 234-240.

PENNA, M. Professores de música nas escolas públicas de ensino fundamental e médio: Uma ausência significativa. Revista da ABEM, 7, p. 7-19, 2002. *in* FIGUEIREDO, Sérgio. O processo de aprovação da Lei 11.769/2008 e a obrigatoriedade da música na Educação Básica. **Anais do XV ENDIPE** – Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino – Convergências e tensões no campo da formação e do trabalho docente, Belo Horizonte, 2010. Painel. Disponível em: <http://musicoide.unb.br/images/Artigos/Figueiredo-Lei_obrigatoriedade_musica_escola.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2023.

PENSADOR. Disponível em: <https://www.pensador.com/frase/MTU5MTYyMg/>. Acesso em: 30 abr. 2023.

PIAGET, J. 1964. **Six études de psychologie**. Genebra, Denoël-Gonthier, 190 p.

ROCHA, V. C.; BOGGIO, P. S. A música por uma óptica neurocientífica. **Per Musi**. Belo Horizonte, n.27, 2013, p.132-140. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-75992013000100012> Acesso em: 27 mar. 2023.

RODRIGUES, M.L.; ALÇADA, I.; CALÇADA, T.; MATA, J. 2017. **Aprender a ler e a escrever em Portugal**. Relatório de progresso do estudo. Disponível em: <http://www.forumdaspoliticaspUBLICAS.pt/pdf/ale_resultados.pdf> Acesso em: 05/02/2023.

SABRA - SOCIEDADE ARTÍSTICA BRASILEIRA. **A história da educação musical brasileira**. 2018. Disponível em: <https://www.sabra.org.br/site/historia-educacao-musical-brasileira/>. Acesso em: 31 mar. 2023.

SAHLBERG, P. 2010. **The Secret to Finland's Success: educating teachers.** Disponível em: <[https:// edpolicy.stanford.edu/sites/default/files/publications/secret-finland%E2%80%99s-success-educating—teachers.pdf](https://edpolicy.stanford.edu/sites/default/files/publications/secret-finland%E2%80%99s-success-educating—teachers.pdf)>. Acesso em: 08/02/2019.

SILVA, Jamile Beatriz Carneiro; Schneider, Ernani José. Aspectos sócio-afetivos do processo de ensino e aprendizagem. Revista de Divulgação Técnico Científica, v. 3, n. 11, p.83-87, 2007. *in* ARAÚJO, Fabrícia Fernandes de. **A Música Como um Recurso Pedagógico no Desenvolvimento Socioafetivo da Criança na Educação Infantil.** Trabalho de Conclusão de Curso (Pedagogia). Centro Universitário do Planalto Central Aparecido dos Santos – Uniceplac. Gama, 2021.

SOARES, M. A.; RUBIO, J. A. S. A Utilização da Música no Processo de Alfabetização.

Revista Eletrônica Saberes da Educação – Volume 3, nº 1, São Roque, 2012.

Disponível

em: <<http://docs.uninove.br/arte/fac/publicacoes/pdf/v3-n1-2012/Maura.pdf>>. Acesso em: 28 mar. 2023.

TEIXEIRA, Nilza Carla. **MARCOS HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO MUSICAL NO BRASIL.** 2014. 32 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Mestrado em Gestão e Práticas Educacionais, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Nove de Julho, São Paulo, 2014. Disponível em: <https://www.webartigos.com/artigos/marcos-historico-da-educacao-musical-no-brasil/118434>. Acesso em: 30 mar. 2023.

VYGOTSKY, L. S. **El arte y la imaginación en la infancia.** Madrid: Akal, 1982.

_____. **Criação e imaginação na infância.** São Paulo: Ática, 2009

WEIGEL, Anna Maria Gonçalves. **Brincando de Música: Experiências com Sons, Ritmos, Música e Movimentos na Pré-Escola.** Porto Alegre: Kuarup, 1988